

**POLÍMICAS DE FINANCIAMENTO
DA EDUCAÇÃO SUPERIOR
NUM CONTEXTO DE CRISE**

Série Educação Geral, Educação Superior e Formação Continuada do Educador

Editora Executiva

Prof.ª. Dra. Maria de Lourdes Pinto de Almeida – Unoesc/Unicamp

Conselho Editorial Educação Nacional

Prof. Dr. Afrânio Mendes Catani – USP

Prof.ª. Dra. Anita Helena Schlesener – UFPR/UTP

Prof.ª. Dra. Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira – Unicamp

Prof. Dr. João dos Reis da Silva Junior – UFSCar

Prof. Dr. José Camilo dos Santos Filho – Unicamp

Prof. Dr. Lindomar Boneti – PUC / PR

Prof. Dr. Lucidio Bianchetti – UFSC

Prof.ª. Dra. Dirce Djanira Pacheco Zan – Unicamp

Prof.ª. Dra. Maria Eugenia Montes Castanho – PUC / Campinas

Prof.ª. Dra. Maria Helena Salgado Bagnato – Unicamp

Prof.ª. Dra. Margarita Victoria Rodríguez – UFMS

Prof.ª. Dra. Marilane Wolf Paim – UFFS

Prof.ª. Dra. Maria do Amparo Borges Ferro – UFPI

Prof. Dr. Renato Dagnino – Unicamp

Prof. Dr. Sidney Reinaldo da Silva – UTP / IFPR

Prof.ª. Dra. Vera Jacob – UFPA

Conselho Editorial Educação Internacional

Prof. Dr. Adrian Ascolani – Universidad Nacional do Rosário

Prof. Dr. Antonio Bolívar – Facultad de Ciencias de la Educación/Granada

Prof. Dr. Antonio Cachapuz – Universidade de Aviero

Prof. Dr. Antonio Teodoro – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Prof.ª. Dra. Maria del Carmen L. López – Facultad de Ciencias de La Educación/Granada

Prof.ª. Dra. Fatima Antunes – Universidade do Minho

Prof.ª. Dra. María Rosa Misuraca – Universidad Nacional de Luján

Prof.ª. Dra. Silvina Larripa – Universidad Nacional de La Plata

Prof.ª. Dra. Silvina Gvirtz – Universidad Nacional de La Plata



ESTA OBRA FOI IMPRESSA EM PAPEL RECICLATO 75% PRÉ-CONSUMO, 25 % PÓS-CONSUMO, A PARTIR DE IMPRESSÕES E TIRAGENS SUSTENTÁVEIS. CUMPRIMOS NOSSO PAPEL NA EDUCAÇÃO E NA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE.

Vera Lúcia Jacob Chaves
Nelson Cardoso Amaral
(organizadores)

**POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO
DA EDUCAÇÃO SUPERIOR
NUM CONTEXTO DE CRISE**

MERCADO®
LETRAS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Políticas de financiamento da educação superior num contexto de crise / Vera Lúcia Jacob Chaves, Nelson Cardoso Amaral, (organizadores). – Campinas, SP : Mercado de Letras, 2017. – (Série Educação Geral, Educação Superior e Formação Continuada do Educador)

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN: 978-85-7591-480-9

1. Crise econômica 2. Educação superior – Brasil – Financiamento 3. Educação superior – Portugal – Financiamento 4. Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior (FIES) 5. ProUni (Programa) I. Chaves, Vera Lúcia Jacob. II. Amaral, Nelson Cardoso. III. Série.

17-03707

CDD-379

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação superior : Financiamento : Políticas públicas 379

apoio institucional:

CNPq

capa e gerência editorial: Vande Rotta Gomide

preparação dos originais: Editora Mercado de Letras

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:

© MERCADO DE LETRAS®

VR GOMIDE ME

Rua João da Cruz e Souza, 53

Telefax: (19) 3241-7514 – CEP 13070-116

Campinas SP Brasil

www.mercado-de-letras.com.br

livros@mercado-de-letras.com.br

1ª edição

MAIO/2017

IMPRESSÃO DIGITAL

IMPRESSO NO BRASIL

Esta obra está protegida pela Lei 9610/98.
É proibida sua reprodução parcial ou total
sem a autorização prévia do Editor. O infrator
estará sujeito às penalidades previstas na Lei.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	9
<i>Deise Mancebo</i>	
APRESENTAÇÃO	13
capítulo 1	
DÍVIDA PÚBLICA, POLÍTICA ECONÔMICA E O FINANCIAMENTO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS NOS GOVERNOS LULA E DILMA (2003-2014)	23
<i>Luiz Fernando Reis</i>	
capítulo 2	
PEC 241/55: A “MORTE” DO PNE (2014-2024) E O PODER DE DIMINUIÇÃO DOS RECURSOS EDUCACIONAIS	47
<i>Nelson Cardoso Amaral</i>	
capítulo 3	
O FINANCIAMENTO ESTUDANTIL (FIES) E AS IMPLICAÇÕES NA FINANCEIRIZAÇÃO DE GRUPOS EDUCACIONAIS	71
<i>João Ribeiro dos Santos Filho e Vera Lúcia Jacob Chaves</i>	

capítulo 4

EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADA NO BRASIL:
CONCENTRAÇÃO DE MERCADO E
FINANCEIRIZAÇÃO EM SIMBIOSE 99

Cristina Helena Almeida de Carvalho

capítulo 5

EXPANSÃO E FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO
SUPERIOR PRIVADA EM MINAS GERAIS 119

Maria Rosimary Soares dos Santos

capítulo 6

O PROUNI E A EXPANSÃO PRIVADA DA
EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: ANÁLISE
DO GRUPO DE TRABALHO POLÍTICA DE
EDUCAÇÃO SUPERIOR DA ANPED (2005-2015) 147

André Rodrigues Guimarães,

Elenilda Alves Teixeira e

Julia Milena da Paixão Oliveira

capítulo 7

O FINANCIAMENTO DAS UNIVERSIDADES
ESTADUAIS BRASILEIRAS NO CONTEXTO
DOS DISPOSITIVOS LEGAIS E OS SEUS DESAFIOS
PERANTE AS METAS DO PLANO NACIONAL DA
EDUCAÇÃO – PNE (2014-2024) PARA
A EDUCAÇÃO SUPERIOR 167

Renata Ramos da Silva Carvalho e

Nelson Cardoso Amaral

capítulo 8

O FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR
EM PORTUGAL: EVOLUÇÃO RECENTE E
PERSPECTIVAS FUTURAS 191

Luisa Cerdeira e

Belmiro Gil Cabrito

capítulo 9

A NOVA POLÍTICA DE FINANCIAMENTO
DE PESQUISAS DO CNPq 221

Fabiola Bouth Grello Kato e

João dos Reis Silva Júnior

capítulo 10

O NOVO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
E A GESTÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO: EXPANSÃO
E FINANCIAMENTO NA FORMAÇÃO
DE DOUTORES NO BRASIL 253

Luciana Rodrigues Ferreira

capítulo 11

A MERCANTILIZAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO
LATO SENSU E SUA RELAÇÃO COM O
FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR:
O CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ 281

Valéria Silva de Moraes Novais e

Vera Lúcia Jacob Chaves

capítulo 12

NEOLIBERALISMO E HETERONOMIA:
A SOBRECARGA DO TRABALHO DOCENTE 313

Rosimê da Conceição Meguins

SOBRE OS AUTORES. 333

PREFÁCIO

Nos tempos que correm, no campo da educação superior, nada mais necessário do que um livro que aborda criticamente o financiamento!

O Brasil vive uma complexa conjuntura de instabilidade econômica e política. Em sua vertente econômica, nossa situação doméstica tem direta relação com a crise do capitalismo mundial, adensada em 2008, que aprofundou as contradições estruturais da ordem burguesa, principalmente, no que tange ao orçamento público, impondo a adoção das políticas de ajuste (austeridade) neoliberal. Inicialmente, os ajustes foram aplicados nos países centrais do capitalismo, mas a partir de meados da década de 2010, assistimos à intensificação da ofensiva neoliberal na América Latina, sob a retomada da influência hegemônica dos Estados Unidos na região, concretizando uma política drástica de corte de gastos, conjugada a um programa de privatização sem limites.

Do ponto de vista político, o destaque da presente conjuntura fica para o golpe jurídico-parlamentar impetrado no país, em 31 de agosto de 2016, que implanta acelerada e progressivamente uma plataforma programática de teor neoliberalista extremado.

O programa político-econômico das forças políticas que assumem o poder – sintetizado no documento “Uma ponte para o futuro” – é uma plataforma de governo que expressa os interesses

do grande capital (internacional e local) e que foi articulado por seus representantes legítimos. Ele pretende aprofundar o papel do “Estado mínimo”, enxuto e supostamente eficiente, incrementar a participação da iniciativa privada, flexibilizar o mercado de trabalho e ampliar a concorrência internacional, abrindo de maneira escancarada as portas para a venda do patrimônio nacional. Esse pacote dirige-se a todas as instituições republicanas e também às instituições de educação superior públicas, que se veem afetadas pela recessão e cortes sistemáticos advindos da federação e, principalmente, de diversos entes federativos.

Assim, um livro que aborda o financiamento da educação superior é central para todos os que atuam e pesquisam nessa área. E esse o faz com maestria. Primeiramente, porque seus autores são pesquisadores experientes na temática, que investigam coletivamente há um bom tempo, a partir da participação na Rede Universitas/Br.

Essa experiência compartilhada lhes permite, por exemplo, retomar em diversos capítulos análises sobre nosso passado recente, brindando-nos com uma apreciação aprofundada e crítica do lulismo, das políticas de conciliação de classes e de seus impactos sobre o financiamento da educação superior.

Mas a obra também se aventura, no sentido mais positivo do termo, em análises prospectivas, como é o caso do capítulo de Nelson Cardoso do Amaral que projeta a situação educacional do PNE, tomando um período histórico que vai até 2024.

Adicionalmente, os temas que se sucedem dão uma dinâmica viva ao livro. Ele aborda problemáticas variadas, como: o financiamento das instituições privado-mercantis, com o aval do fundo público, denunciando as políticas estatais de incentivos a esse setor, a financeirização e concentração de mercado dessas instituições; as verbas destinadas às pesquisas e à pós-graduação, com seus riscos de mercantilização do conhecimento; o financiamento das universidades estaduais e há, inclusive, um texto sobre o tema no ensino superior em Portugal.

Enfim, estamos diante de um livro necessário para todos os que trabalham e investigam criticamente a educação superior. Faria um único reparo: resenti-me quanto à ausência de uma discussão mais aprofundada e específica sobre as resistências e lutas nesse campo. Claro que a temática perpassou alguns capítulos, todavia, considerando a veia militante de muitos autores, seria de esperar um tratamento mais amplo das resistências que se tecem contra questões, que interferem diretamente no financiamento da educação superior. Como a sociedade tem reagido (ou deveria ter reagido) aos benefícios fiscais generosos? Como se está respondendo à falta de interesse de governos em auditar a dívida do estado? Fica como sugestão e incentivo para um próximo livro.

Deise Mancebo

Rio de Janeiro, 24 de março de 2017.

Professora Titular da UERJ

Coordenadora da Rede Universitas/Br

APRESENTAÇÃO

A coletânea¹ intitulada *Política de Financiamento da Educação Superior num contexto de crise*, apresenta resultados da pesquisa realizada por investigadores de universidades do Brasil que integram a Rede Universitas/Br e participam do Observatório da Educação “Políticas da Expansão da Educação Superior no Brasil” financiado pelo OBEDUC/CAPES. O projeto de pesquisa que também obteve financiamento do CNPq, teve por objetivo central analisar a política de financiamento da educação superior adotada no Brasil examinando como se relaciona com a expansão e como revela e questiona as contradições das políticas públicas num contexto de crise mundial do capitalismo e da necessidade de melhoria das capacidades educacionais e de geração de novas oportunidades educacionais para a população brasileira.

Os doze textos que integram essa coletânea apresentam análises sobre as políticas de financiamento da educação superior adotadas no país tendo como foco tanto as universidades públicas federais e estaduais como o financiamento das IES privado-mercantis, em especial, as que possuem ações no mercado financeiro. Temas

1. Nota do Editor: As ideias e contextualizações apresentadas nos textos são de responsabilidades dos respectivos autores não representando necessariamente a conformidade e o pensamento da Editora.

como Fies, ProUni, expansão e financiamento da pós-graduação lato e stricto sensu bem como consequências dessas políticas para o trabalho docente são analisados por diferentes autores. É importante destacar que os pesquisadores vem também desenvolvendo pesquisas em parceria com investigadores da Universidade de Lisboa e, como parte dessa ação conjunta, apresentamos nessa coletânea um artigo sobre a política de financiamento de Portugal.

O primeiro texto intitulado “Dívida pública, política econômica e o financiamento das Universidades Federais nos governos Lula e Dilma (2003-2014)” de autoria de Luiz Fernando Reis apresenta importante análise sobre o financiamento das universidades federais no período de 2003 a 2014 (governos Lula e Dilma) com a finalidade de compreender o papel da política econômica, implementada pelo Ministério da Fazenda, na definição das prioridades para a destinação dos recursos orçamentários da União para essas instituições. No texto, o autor estabelece conexões entre o financiamento das universidades federais e a política econômica na sua relação com as recentes transformações do capitalismo num contexto marcado pela crise estrutural do sistema do capital que tem, como consequência, priorizado o pagamento dos juros e encargos da dívida pública. De acordo com o autor “a dívida pública converteu-se num dos instrumentos de acumulação do capital, especialmente do capital na esfera financeira”. O autor conclui que a prioridade da política econômica adotada pelos governos Lula e Dilma foi a manutenção do ajuste fiscal e a realização de reformas que assegurassem o pagamento da dívida pública e a adoção de políticas sociais focalizadas, em detrimento da ampliação significativa dos recursos para políticas de caráter universal.

No segundo capítulo, Nelson Cardoso Amaral analisa a instituição de um novo regime fiscal no Brasil e sua relação com o cumprimento das metas do PNE 2014-2024. No texto com o título “PEC 241/55: a “morte” do PNE (2014-2024) e o poder de diminuição dos recursos educacionais” o autor desenvolve a

discussão sobre a viabilidade do cumprimento das metas do PNE 2014-2024 com a aprovação da PEC 241/55 publicada como EC 95/2016 que ao estabelecer um novo regime fiscal no país, limita o reajuste das despesas com pagamento de pessoal e encargos sociais, outras despesas correntes, investimentos e inversões financeiras num determinado ano, a partir de 2017, a inflação do ano anterior, por um período de 20 anos. Nas conclusões Amaral afirma que com a aprovação da EC 95/2017, além de decretar a “morte” do PNE (2014-2024), promoverá maior desigualdade social por favorecer a ampliação da concentração de rendas e promover o agravamento das condições de vida da população mais vulnerável e que depende das políticas sociais. Por fim, o autor afirma que com esse novo regime fiscal “o PNE estará “morto” e o poder é de total “destruição”.

João Ribeiro dos Santos e Vera Lúcia Jacob Chaves com o texto intitulado “O Financiamento Estudantil (Fies) e as implicações na financeirização de grupos educacionais”, apresentam resultados da pesquisa sobre o financiamento estudantil (Fies) ressaltando que é parte das políticas estatais de incentivos ao setor privado-mercantil na educação superior. No texto, analisam a relevância do Fies no processo de financeirização de grupos educacionais, em especial, tendo por base nas mudanças ocorridas no referido programa. Apresentam dados sobre os valores financeiros e número de contratos celebrados, por meio de dados do orçamento público federal e dos relatórios de gestão do referido Fundo, no período de 2007 a 2015. O grupo educacional Estácio Participações S.A, foi selecionado para a análise de modo a ressaltar a importância do Fies no aumento de lucratividade de empresas educacionais, inseridas em processo de financeirização. No texto, os autores também analisam a relação do Fies com o endividamento público, em face da criação de fundo garantidor em caso de inadimplência dos beneficiários/mutuários e também da emissão de títulos da dívida pública em favor de instituições privado-mercantis de ensino e da geração de créditos a receber do governo federal, por parte de grupos educacionais. Os autores concluem que o Fies é um incentivo estatal que favorece a

acumulação financeira de grupos educacionais privado-mercantis de ensino superior, com recursos do fundo público, subsidiando juros no financiamento estudantil, reforçando a lógica de privatização da educação superior no Brasil, com incentivo à mercantilização e ao avançado processo de financeirização desse nível de ensino, em curso no País.

No texto com o título “Educação superior privada no Brasil: concentração de mercado e financeirização em simbiose”, Cristina Helena Almeida de Carvalho desenvolve a discussão sobre o crescimento das Instituições de Educação Superior (IES) com finalidade lucrativa, cuja trajetória tem sido a adoção de diversas estratégias de mercado na direção da financeirização e concentração de mercado. A autora afirma que esse fenômeno é recente e se trata de um “movimento multifacetado de concentração de mercado e financeirização, sendo que o primeiro tem sido alimentando pelo segundo”. No texto a autora destaca que o caráter lucrativo e regido pelo mercado financeiro é um elemento central na análise acerca dos limites e das possibilidades da política pública educacional e mostra-se incompatível com o processo educativo sendo que “os maiores grupos educacionais privados são brasileiros com forte aporte de recursos das companhias americanas (*Lareaute e Drvry*) e inglesa (*Pearson*)”. Conclui que, apesar de serem poucas IES mercantis com ações no mercado financeiro eles representam uma parcela expressiva de matrículas e cursos pois os “quatro maiores grupos concentram 34% das matrículas em educação superior e 25% da receita líquida. São eles: Kroton/Anhanguera, Estácio, Unip e Laureate”.

Outro texto que aborda o ensino superior privado-mercantil e o processo de financeirização desse setor em Minas Gerais foi escrito por Maria Rosimary Soares dos Santos com o título de “Expansão e financiamento da Educação Superior privada em Minas Gerais”. No texto a autora analisa o setor privado de educação superior, em especial, as particularidades da sua expansão, financiamento e modelos de gestão no Estado de Minas Gerais. Apresenta dados sobre o Estado de Minas Gerais, segundo estado brasileiro em população,

com mais de 20 milhões de habitantes, e que tem apresentado uma crescente expansão da educação superior privada, responsável por 75,5% das matrículas no estado. No estudo a autora investiga as características e dinâmicas de crescimento do ensino superior privado, e, especialmente, o modelo de financiamento adotado, tendo por referência o movimento ocorrido em Minas Gerais. A autora conclui que “a expansão privada em Minas Gerais vem contando, fundamentalmente, com recursos públicos para favorecer “o controle da educação pelas finanças”. Afirmar, em síntese, que a expansão privada na oferta da educação superior em Minas está interligada com a reprodução do “sistema capitalista em crise e hegemônico pelo capital financeiro” com incentivo das políticas do governo federal materializadas por meio do Programa Universidade para Todos (ProUni) e do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), sendo que em Minas Gerais, o número de contratos firmados com o FIES em 2015 correspondeu, aproximadamente, 52% do total das matrículas nas IES privadas e, no caso específico da Kroton, 54% das matrículas presenciais foram financiadas pelo Fundo.

O sexto capítulo apresenta o texto “O ProUni e a expansão privada da Educação Superior brasileira: análise do grupo de trabalho Política de Educação Superior da ANPEd (2005-2015)” de autoria de André Rodrigues Guimarães, Elenilda Alves Teixeira e Julia Milena da Paixão Oliveira. Os autores apresentam uma análise da produção escrita sobre o Programa Universidade para Todos (PROUNI), no contexto de expansão e privatização da educação superior brasileira, do Grupo de Trabalho Política de Educação Superior (GT 11) da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), no período 2005-2015. O levantamento dos trabalhos ocorreu de forma on-line e os textos foram catalogados em ficha-padrão, com a identificação do problema da pesquisa, abrangência, objetivos, metodologia, categorias analíticas e principais resultados. Os autores concluem entre outras questões, que a produção sobre a temática é ainda limitada e há questões, como apontam as pesquisas produzidas, que precisam ser exploradas em outros estudos.

O texto “O financiamento das universidades estaduais brasileiras no contexto dos dispositivos legais e os seus desafios perante as metas do Plano Nacional da Educação – PNE (2014-2024) para a Educação Superior” da autora Renata Ramos da Silva Carvalho, tem por objetivo compreender a origem do financiamento das universidades estaduais brasileiras (UE) e também os desafios destas instituições perante as metas do PNE para a educação superior. A primeira parte do estudo compreende a análise da legislação sobre a origem dos recursos para a educação no Brasil; a análise do conteúdo das Constituições estaduais, sobre as vinculações constitucionais para a educação superior e, também a análise dos estatutos das UE sobre a origem de seus recursos. Ao final a autora apresenta uma análise sobre os desafios de expansão das UE perante as metas 12 e 13 do PNE, tendo em vista os dados do censo da educação superior e do IBGE, sobre as projeções da população brasileira para 2024.

O oitavo capítulo, com o título “O Financiamento do ensino superior em Portugal: evolução recente e perspectivas futuras”, os autores portugueses da Universidade de Lisboa, Luísa Cerdeira e Belmiro Cabrito, analisam o estado da educação superior em Portugal comparando a situação em princípios dos anos de 1970 com a situação atual. Os autores concluem que houve um forte investimento na qualificação da população portuguesa implicou também no investimento de um conjunto vasto de recursos, tendo-se progressivamente aumentado a parte do Produto Interno Bruto (PIB) aplicado na educação do país. Em relação ao Ensino Superior, os autores afirmam que a expansão deu-se de “forma expressiva com o co-financiamento dos estudantes e das suas famílias, representando actualmente as receitas geradas pelas propinas uma fatia muito relevante da despesa das instituições de ensino superior, ao mesmo tempo nos últimos anos, se constata uma diminuição importante da componente do Orçamento de Estado, apresentando Portugal um nível de privatização do financiamento das instituições de ensino superior público dos mais elevados a nível europeu e do grupo de países da OCDE”. Destacam, ainda, que os cortes no

orçamento do estado para as universidades efetuados a partir de 2011 colocaram “em perigo o futuro da Educação e do Ensino Superior, e conseqüentemente, de Portugal poder de forma sustentada e sustentável, encarar os desafios do desenvolvimento e da melhoria das condições sociais e económicas da sua população”.

No nono capítulo, com o título “A nova política de financiamento de pesquisas do CNPq” Fabíola Bouth Grello Kato e João dos Reis Silva Júnior analisam os fatores que produziram alterações no paradigma de financiamento de pesquisas do CNPq buscando estabelecer as possíveis mediações com a política econômica adotada no Brasil a partir da década de 1990 e identificar o papel que essa agência cumpre na agenda de políticas públicas produtiva do país. A empiria indicou que a partir dos anos 2000, com forte acentuação entre os anos 2003-2004, há uma radical mudança na política de financiamento público de pesquisas do CNPq, expresso pela política de editais. O estudo indicou que foram as opções da política econômica do país que produziram mudanças no modelo de financiamento público de pesquisas desse órgão.

Com o título “O novo Plano Nacional de Educação e a gestão da Pós-Graduação: expansão e financiamento na formação de doutores no Brasil”, a autora Luciana Rodrigues Ferreira analisa a expansão da pós-graduação, prevista pela meta 14 do Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), a partir dos pressupostos históricos da política educacional e sua interface com o financiamento da pós-graduação por meio do fundo público, mais especificamente, a estratégia 14.12, sobre a ampliação no número de doutores no país. Trata-se de pesquisa documental com dados coletados nas seguintes bases estatísticas: GEOCAPES, CAPES, INEP e CNPq. Os dados da expansão da pós-graduação apresentam as contradições históricas da educação pública superior, com índices da evolução na expansão, mostrando que o Brasil aprimorou mecanismos de fomento à pós-graduação, na última década, apesar dos recentes cortes de recursos, o que, a longo prazo, pode dificultar o atendimento do PNE.

O texto “A mercantilização da Pós-Graduação *Lato Sensu* e sua relação com o financiamento da Educação Superior: o caso da Universidade Federal do Pará” escrito por Valéria Silva de Moraes Novais e Vera Lúcia Jacob Chaves visa refletir sobre os condicionantes histórico-político e econômico que transformaram a pós-graduação lato sensu brasileira nas últimas décadas, a qual passou de um nível de ensino oferecido gratuitamente em instituições de ensino superior – IES públicas à legalização de cobranças de matrículas e mensalidades, contribuindo para a naturalização do processo de mercantilização e privatização da educação superior brasileira. Nessa direção, as autoras analisam o caso da Universidade Federal do Pará, estabelecendo a relação entre cobrança de mensalidades com o financiamento dessa universidade. A análise dos documentos aponta que as ações da política educacional das últimas décadas vem se desresponsabilizando sobre a oferta desse nível de ensino e, na contrapartida, essa modalidade de ensino vem sendo ofertada a partir de cobrança de mensalidades se constituindo num instrumento de diversificação para o financiamento das IES públicas.

O último capítulo da coletânea traz uma reflexão sobre as consequências das políticas de ajuste fiscal no financiamento da educação superior no trabalho do docente que atua na pós-graduação. Com o título “Neoliberalismo e heteronomia: a sobrecarga do trabalho docente”, Rosimê da Conceição Meguins, busca analisar como a lógica neoliberal aplicada à educação superior brasileira se objetiva nos docentes que desenvolvem seu trabalho nos cursos de pós-graduação, ou seja, por meio do trabalho docente a autora busca ter acesso às objetivações que a ideologia neoliberal impõe ao fazer educativo e, ao mesmo tempo, encontrar a passagem que permita desvelar o modo pelo qual tal objetividade é apropriada pelos sujeitos particulares. A autora busca desvelar a subjetividade docente, em entrevistas realizadas com 10 sujeitos, por meio de suas ações cotidianas, revelando assim o modo como se objetiva a reestruturação da universidade, com ênfase na pós-graduação. A análise do material empírico indica que por meio de um “processo rigoroso de regulação e controle dos programas de pós

graduação no Brasil as agências externas às instituições de ensino superior ditam as regras de conduta que passam a ser adotadas com o objetivo de disciplinar o funcionamento, como condição de existência”. As análises feitas indicam que “a manutenção dos programas, seu quadro docente e discente tudo fica submetido à rigoroso padrão avaliativo que credencia, hierarquiza e até elimina os que a ela não se ajustam”, no entanto, ao analisar a subjetividade dos sujeitos envolvidos nesse processo a autora conclui que “para obter a recompensa por seu trabalho os docentes estão hoje submetidos a uma carga horária infindável de trabalho”, ou seja, “o próprio sistema cria as compensações que irão manter os sujeitos na engrenagem promovendo certo tipo de satisfação”.

Como se percebe a coletânea tem um eixo central de análise: as políticas de financiamento da educação superior com diversos focos de abordagem, trazendo uma contribuição importante para as pesquisas sobre essa temática. As repercussões do financiamento na expansão desse nível de ensino seja público ou privado, em especial do setor privado-mercantil; os programas de incentivo financeiro que favorecem essa expansão como o Fies e o ProUni; a política de expansão e financiamento da pós-graduação stricto e lato sensu; o financiamento privado no ensino superior público de Portugal; as repercussões dessas políticas sobre o trabalho do docente que atua na pós-graduação foram analisadas por diferentes autores que integram a pesquisa desenvolvida em rede.

Nossa expectativa é que a leitura dos textos que integram a coletânea possa subsidiar novos estudos e pesquisas que propiciem o aprofundamento das discussões sobre como a manutenção da política de ajuste fiscal e, em especial, como a criação de um novo regime fiscal no país que visa assegurar o pagamento da dívida pública, afetará de forma profunda a manutenção das universidades públicas no país nos próximos 20 anos.

Vera Lúcia Jacob Chaves
Nelson Cardoso Amaral